

Exmo. Sr. Diretor Presidente,
Ilmo.(a) Sr.(a) Presidente da Comissão de Licitação,
Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR

Licitação MDF nº 39/2018

H3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.516.513/0001-67, com sede à Rua Guerino Pomin, 176, no Município de Paranavaí, Estado do Paraná, nesse ato apresentada por seu sócio gerente abaixo firmado, vem à presença de Vossa Excelência e de Vossas Senhorias *apresentar*

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face do julgamento dos documentos de habilitação proferido na Ata nº 17/DELI/2020, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

Maringá

Av. Pedro Taques, 79,
Zona 1
Maringá, PR, Brasil
+55 44 3354 3884

São Paulo

Av. Paulista, 1.636,
Paulista Corp., 7º Andar
São Paulo, SP, Brasil
+55 11 2391 1797

Brasília

SBS Setor Bancário Sul,
Qd. 2, Bl. E, 8º Andar
Brasília, DF, Brasil
+55 61 3181 0245

1 DOS FATOS

Em data de 11 de fevereiro de 2020, a Comissão de Licitação da COHAPAR realizou sessão de julgamento de habilitação da Licitação pelo Modo de Disputa Fechado nº 39/2018, tendo por objeto "[...] a seleção da proposta mais vantajosa, visando a contratação de empresa para a produção do Empreendimento Habitacional RESIDENCIAL FLORAÍ I - 9ª ETAPA, Município de FLORAÍ-PR [...]".

Na oportunidade, verificou-se grave descumprimento das disposições legais e principiológicas das licitações, no sentido em que a competitividade do certame foi profundamente descumprida, tendo em vista as restrições à habilitação da ora Recorrente em descumprimento direto de disposição legal!

É de se destacar que, nos termos da referida Ata, foi invocado o seguinte motivo para a inabilitação da ora Recorrente:

Diante de todo o exposto, considerando que não foi apresentada pela licitante a "Relação de Contratos das Obras e Serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos", tampouco o valor da Disponibilidade Financeira Líquida - DFL, concluímos que a empresa H# EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA ME, não atendei todos os requisitos para a qualificação econômico-financeira, estando, portanto, INABILITADA, nesta análise.

O que fica evidente no caso é que, como os inegáveis fundamentos adiante apresentados obrigam a reconhecer, o julgamento realizado é absolutamente equivocado e ilegal, que deve ser revogado como medida de justiça. Nisso crê a Recorrente já que, como o procedimento até agora observado permite concluir, a Comissão de Licitação tem atuado de plena boa-fé e, portanto, uma vez deparada com os argumentos seguintes, procederá com a correção necessária nos termos apontados.

Maringá
Av. Pedro Taques, 79,
Zona 1
Maringá, PR, Brasil
+55 44 3354 3884

São Paulo
Av. Paulista, 1.636,
Paulista Corp., 7º Andar
São Paulo, SP, Brasil
+55 11 2391 1797

Brasília
SBS Setor Bancário Sul,
Qd. 2, Bl. E, 8º Andar
Brasília, DF, Brasil
+55 61 3181 0245

2 DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Como exposto na síntese fática, o certame em apreço conta com julgamento de habilitação com grave inconsistência em relação ao ordenamento jurídico pátrio, em especial com as regras e princípios que norteiam a preservação da competitividade nos certames, com supedâneo na Constituição Federal, na Lei nº 13.303/2016 e, principalmente, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAPAR.

Assim, só são possíveis duas conclusões: ou os responsáveis pelo certame incorreram em inocente equívoco quanto à essência do procedimento licitatório, ou estamos diante de clara ocorrência de julgamento de habilitação com o fim de restringir indevidamente a competição. Em qualquer dos casos, o provimento do recurso é medida forçosa para que seja restaurada a regularidade do presente certame, ainda mais porque a Recorrente acredita sinceramente que os erros apurados sejam fruto de simples equívoco dos servidores responsáveis.

Passa-se, assim, à exposição estruturada das normas jurídicas, sejam regras ou princípios, fatalmente feridos pelo julgamento e seus instrumentos, procedendo com o silogismo jurídico necessário para tanto.

2.1 Da Competitividade como Princípio Geral de Licitações e Contratos Administrativos

Inicialmente, cabe abordar e expor o papel que a competitividade e a prevalência do interesse público exercem enquanto princípios gerais das licitações e

Maringá

Av. Pedro Taques, 79,
Zona 1
Maringá, PR, Brasil
+55 44 3354 3884

São Paulo

Av. Paulista, 1.636,
Paulista Corp., 7º Andar
São Paulo, SP, Brasil
+55 11 2391 1797

Brasília

SBS Setor Bancário Sul,
Qd. 2, Bl. E, 8º Andar
Brasília, DF, Brasil
+55 61 3181 0245

contratos administrativos, fazendo assim forçosa a atuação da Administração Pública pela constante guarda de tão caros elementos. Sendo o Brasil uma República, nenhum dos aspectos do Estado deverá ser submetido à captura por entes privados; os recursos estatais devem estar disponíveis a todos indistintamente, uma vez cumpridos os requisitos legais.

O cumprimento do Pacto Republicano, assim, sustenta-se fortemente na competitividade dos certames licitatórios. Ora, uma vez que os contratos administrativos devam estar ao alcance de todos os licitantes, medidas da Administração que venham a indevidamente tolher o acesso de alguns – e assim, a competitividade – ao certame devem ser extirpadas de plano dos instrumentos convocatórios.

Não é dizer, portanto, que os procedimentos licitatórios não devam estabelecer critérios de seleção da melhor proposta e do licitante mais adequado à Administração; ocorre que os critérios eleitos para tanto deverão ser idôneos, não limitando demasiadamente a ampla participação do processo licitatório – o que caracteriza, assim, direcionamento do procedimento licitatório.

Da doutrina de Marçal Justen Filho:

O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. [...] Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter "competitivo" da licitação.¹

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. São Paulo: Dialética, 2005. P. 61/62.

Maringá

Av. Pedro Taques, 79,
Zona 1
Maringá, PR, Brasil
+55 44 3354 3884

São Paulo

Av. Paulista, 1.636,
Paulista Corp., 7º Andar
São Paulo, SP, Brasil
+55 11 2391 1797

Brasília

SBS Setor Bancário Sul,
Qd. 2, Bl. E, 8º Andar
Brasília, DF, Brasil
+55 61 3181 0245

Não restam dúvidas, portanto, de que decisões ilegais e indevidamente restritivas são nulas de pleno direito, o que destaca, assim, a grande importância do edital na guarda da competitividade do certame e, portanto, da prevalência do interesse público, uma vez que a ampla participação no certame é instrumento de seleção da proposta mais vantajosa.

Os critérios para habilitação dos licitantes e aceitabilidade das propostas devem ser buscados no edital, instrumento convocatório da presente licitação. É a letra do art. 69, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016: “[s]ão cláusulas necessárias nos contratos disciplinados por esta Lei [...] a vinculação ao instrumento convocatório da respectiva licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor”.

Não se pode esquecer, no entanto, que o Edital é forçosamente regido pela legislação pertinente, em especial pela Constituição Federal, pela Lei nº 13.303/2016 e, no caso em tela, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAPAR. Estes diplomas, por sua vez, encontram fundamento comum: os princípios gerais do Direito e os princípios de Direito Administrativo.

As normas insculpidas, portanto, nos diplomas citados e no Edital, visam tão-somente a prover a prevalência da justiça no certame licitatório – objetivo para o qual a vinculação ao Edital é instrumento –, estabelecendo, para tanto, procedimentos que pretendem viabilizar tal *mister*.

A Lei nº 13.303/2016 incluiu tal disposição em seu art. 31:

Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a

Maringá
Av. Pedro Taques, 79,
Zona 1
Maringá, PR, Brasil
+55 44 3354 3884

São Paulo
Av. Paulista, 1.636,
Paulista Corp., 7º Andar
São Paulo, SP, Brasil
+55 11 2391 1797

Brasília
SBS Setor Bancário Sul,
Qd. 2, Bl. E, 8º Andar
Brasília, DF, Brasil
+55 61 3181 0245

seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

[...]

Neste sentido, rege a matéria o Princípio da Prevalência do Interesse Público, tido por Maria Sylvia Zanella Di Pietro como o

princípio da finalidade pública, onde se está presente tanto no momento da elaboração da lei como no momento da sua execução em concreto pela Administração Pública. Ele inspira o legislador e vincula a autoridade administrativa em toda a sua atuação.²

Conceitua-o Marçal Justen Filho:

a supremacia do interesse público significa sua superioridade sobre os demais interesses existentes na sociedade. Os interesses privados não podem prevalecer sobre o interesse público. A indisponibilidade indica a impossibilidade de sacrifício ou transigência quanto ao interesse público, e é em decorrência de sua supremacia.³

As normas insculpidas, portanto, nos diplomas citados e no Edital, visam tão-somente a prover a prevalência da contratação mais vantajosa à Administração Pública – objetivo para o qual a competitividade é instrumento –, estabelecendo, para tanto, procedimentos que pretendem viabilizar tal *mister*.

² DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2005.

³ JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2005.

Maringá

Av. Pedro Taques, 79,
Zona 1
Maringá, PR, Brasil
+55 44 3354 3884

São Paulo

Av. Paulista, 1.636,
Paulista Corp., 7º Andar
São Paulo, SP, Brasil
+55 11 2391 1797

Brasília

SBS Setor Bancário Sul,
Qd. 2, Bl. E, 8º Andar
Brasília, DF, Brasil
+55 61 3181 0245

Disposições que venham de encontro à ampla competitividade e, consequentemente, à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e não visem a garantir a observância dos princípios expostos são consideradas excessivas e, portanto, deverão ter sua aplicação mitigada.

Diverso não é o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça em seus julgados:

STJ⁴: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 28, III, E 41 DA LEI 8.666/93. NÃO-OCORRÊNCIA. HABILITAÇÃO JURÍDICA COMPROVADA. ATENDIMENTO DA FINALIDADE LEGAL. DOCTRINA. PRECEDENTES. DESPROVIMENTO.

1. A Lei 8.666/93 exige, para a demonstração da habilitação jurídica de sociedade empresária, a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado (art. 28, III).

2. A recorrida apresentou o contrato social original e certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, devidamente autenticada, contendo todos os elementos necessários à análise de sua idoneidade jurídica (nome empresarial, data do arquivamento do ato constitutivo e do início das atividades, objeto social detalhado, capital social integralizado e administradores).

3. Inexiste violação da lei ou do instrumento convocatório, porquanto a recorrida demonstrou sua capacidade jurídica e atendeu, satisfatoriamente, à finalidade da regra positivada no art. 28, III, da Lei 8.666/93.

4. A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art. 41).

Contudo, rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, do tipo menor preço, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º).

5. Recurso especial desprovido.

⁴ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial 797.170/MT. Rel. Min. Denise Arruda. *Diário de Justiça da União*, Brasília, pág. 252, 07 nov. 2006.

Maringá

Av. Pedro Taques, 79,
Zona 1
Maringá, PR, Brasil
+55 44 3354 3884

São Paulo

Av. Paulista, 1.636,
Paulista Corp., 7º Andar
São Paulo, SP, Brasil
+55 11 2391 1797

Brasília

SBS Setor Bancário Sul,
Qd. 2, Bl. E, 8º Andar
Brasília, DF, Brasil
+55 61 3181 0245



STJ⁵: Mandado de Segurança. Administrativo. Serviço de Radiodifusão. Licitação. Compreensão de Cláusulas Editalícias. Comprovação Suficiente. Edital de Concorrência Pública nº 030/2000 - SSR/MC. C.F., arts. 5º LXIX, e 37, XXI. Lei nº 8666/93.

1. Cláusulas editalícias com dicção condicional favorecem interpretação amoldada à sua finalidade lógica, merecendo compreensão moderada a exigência obstativa do fim primordial de licitação, aberta para ampla concorrência. A interpretação soldada ao rigor tecnicista deve sofrer temperamentos lógicos, diante de inafastáveis realidades, sob pena de configuração de revolta contra a razão do certame lucrativo.

2. Desfigurada a condição especial da ação – liquidez e certeza (art. 5º, LXIX, C.F.) –, o pedido de segurança não tem a louvação do sucesso.

3. Segurança denegada.

No mesmo sentido têm se posicionado os diversos Tribunais nacionais:

TRF1⁶: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. EXIGÊNCIA DE BALANÇO PATRIMONIAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO FISCAL.

1. As regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo a administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, possibilitando se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa.

2. Na linha do entendimento deste Tribunal Regional Federal e do Superior Tribunal de Justiça, a comprovação da qualificação econômico-financeira das empresas licitantes pode ser aferida mediante a apresentação de outros documentos. A Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93, art. 31) não obriga a Administração a exigir, para fins de habilitação, especificamente para o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, relativos ao último exercício social da empresa.

3. Apelação e Remessa Oficial desprovidas.

Não pode ser outra a conclusão, portanto: tendo a ora Recorrente

⁵ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Mandado de Segurança 797.170/MT. Rel. Min. Milton Luiz Pereira. *Diário de Justiça da União*, Brasília, pág. 217, 23 set. 2002.

⁶ TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. Apelação em Mandado de Segurança nº 2002.34.00.008521-0. Rel. Des. Daniel Paes Ribeiro. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 jun. 2006.

Maringá

Av. Pedro Taques, 79,
Zona 1
Maringá, PR, Brasil
+55 44 3354 3884

São Paulo

Av. Paulista, 1.636,
Paulista Corp., 7º Andar
São Paulo, SP, Brasil
+55 11 2391 1797

Brasília

SBS Setor Bancário Sul,
Qd. 2, Bl. E, 8º Andar
Brasília, DF, Brasil
+55 61 3181 0245



apresentado proposta notavelmente mais vantajosa que os demais licitantes, a adoção de um preciosismo exacerbado em relação a um aspecto pontual da habilitação é absolutamente contrário ao interesse público, à seleção da proposta mais vantajosa à Administração e à ampla competitividade, sobretudo quando suportada em uma exigência ilegal, como adiante demonstrado.

Procedendo a Recorrente, assim, com a demonstração cabal da absoluta restrição à competitividade adotada no presente certame, o que se realizada nos tópicos seguintes, é medida de justiça a reforma da decisão adotada, com a plena habilitação da ora Recorrente.

2.2 Das Demonstrações Contábeis legalmente exigíveis e da ilegalidade na exigência de índices e listas contratuais

Excelência, além da insuperável demonstração da premência de ser promovida a habilitação da Recorrente com base nos mais amplos fundamentos da seleção da proposta mais vantajosa, da essencialidade dos requisitos de habilitação e da promoção da ampla competitividade, outro aspecto se destaca no presente caso: é absolutamente indevida a exigência dos documentos e demonstrações citados na decisão que inabilitou a Recorrente e, assim, a sua reforma é medida que se impõe.

Sob delegação da Lei nº 13.303/2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAPAR estabelece em seu art. 91, inciso I, como possível documento a exigir-se como requisito de habilitação econômico-financeira da licitante, a apresentação de "apresentação de balanço patrimonial do último exercício social já exigível na forma da lei, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios".

Maringá

Av. Pedro Taques, 79,
Zona 1
Maringá, PR, Brasil
+55 44 3354 3884

São Paulo

Av. Paulista, 1.636,
Paulista Corp., 7º Andar
São Paulo, SP, Brasil
+55 11 2391 1797

Brasília

SBS Setor Bancário Sul,
Qd. 2, Bl. E, 8º Andar
Brasília, DF, Brasil
+55 61 3181 0245



À evidência, no momento em que o dispositivo requer balanços apresentados "na forma da Lei", a interpretação sistemática da legislação impende que sejam apreciados os requisitos legalmente estabelecidos para o balanço, o que inclui os termos requeridos em edital, pelo que não há que se falar em possibilidade de se exigir qualquer elemento não previsto em Lei.

O instrumento convocatório do certame em análise exige, para habilitação do licitante, a apresentação de "Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período", nos termos do item 4.a do Anexo II.

As demonstrações contábeis são equivalentes ao balanço dos lançamentos do Livro Diário da empresa em questão, nos termos do art. 1.184 a 1.186 do Código Civil:

Art. 1.184. No Diário serão lançadas, com individuação, clareza e caracterização do documento respectivo, dia a dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa.

[...]

§ 2º. Serão lançados no Diário o balanço patrimonial e o de resultado econômico, devendo ambos ser assinados por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária.

Considera-se assim como original a demonstração contábil que, nos termos do art. 1.184, § 2º, do Código Civil, integre o Livro Diário.

Maringá

Av. Pedro Taques, 79,
Zona 1
Maringá, PR, Brasil
+55 44 3354 3884

São Paulo

Av. Paulista, 1.636,
Paulista Corp., 7º Andar
São Paulo, SP, Brasil
+55 11 2391 1797

Brasília

SBS Setor Bancário Sul,
Qd. 2, Bl. E, 8º Andar
Brasília, DF, Brasil
+55 61 3181 0245



É justamente por isso que, evidentemente, a documentação apresentada pela Recorrente atende plenamente ao edital! Ora, na medida em que só podem ser exigidas as demonstrações contábeis “na forma da Lei”, a apresentação pela recorrente dos balanços tal como exigidos em Lei constitui plenamente a regularidade de sua documentação.

É de se destacar que o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná determina que o registro do arquivamento do livro balanço só pode se dar posteriormente ao registro do livro diário:

É indispensável o registro do livro diário antes do pedido de arquivamento dos balanços, apontando de quais folhas foram extraídas as informações, assinala o vice-presidente da Câmara Técnica do CRCPR, Armando Lira. Havendo o envio pelo diário eletrônico, a declaração pode ser limitada ao protocolo de envio do meio magnético, esclarece.

O arquivamento do balanço e demais demonstrações contábeis obrigatórias, na Junta Comercial (quando legalmente exigido ou mesmo quando advir de obrigatoriedade estatutária ou contratual), deve ser apresentado seguindo o que é previsto no Ofício Circular 116/2007/SCS/DNRC/GAB, ou seja, deve conter todos os quadros demonstrativos que o compõe, lançados no livro Diário (Ativo, Passivo, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas) e ser acompanhado, se for o caso, de parecer do Conselho Fiscal e Parecer de auditores independentes, se existirem.

Assim, se o próprio CRCPR determina por ser indispensável a apresentação do registro do livro diário antes do registros dos balanços e demonstrativos, verifica-se que o Livro Diário é diferente do Livro Balanço. O primeiro, é um registro de todas as operações da empresa, que inclui também os demonstrativos contábeis obrigatórios, enquanto o livro balanço é um registro apenas dos demonstrativos presentes no livro diário, seja ele impresso, ou digital (Sped Contábil).

Maringá

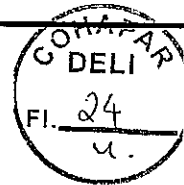
Av. Pedro Taques, 79,
Zona 1
Maringá, PR, Brasil
+55 44 3354 3884

São Paulo

Av. Paulista, 1.636,
Paulista Corp., 7º Andar
São Paulo, SP, Brasil
+55 11 2391 1797

Brasília

SBS Setor Bancário Sul,
Qd. 2, Bl. E, 8º Andar
Brasília, DF, Brasil
+55 61 3181 0245



Neste âmbito, a legislação confere força probante tão somente aos livros contábeis levados a registro junto à Junta Comercial do Estado, nos termos do art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/1969:

Art 5º Sem prejuízo de exigências especiais da lei, é obrigatório o uso de livro Diário, encadernado com folhas numeradas seguidamente, em que serão lançados, dia a dia, diretamente ou por reprodução, os atos ou operações da atividade mercantil, ou que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial do comerciante.

[...]

§ 2º Os Livros ou fichas do Diário deverão conter termos de abertura e de encerramento, e ser submetidos à autenticação do órgão competente do Registro do Comércio.

Conclui-se, portanto, que as demonstrações financeiras exigidas pelo Edital em questão são correspondentes ao balanço do exercício anterior, devidamente guarnecido de termo de abertura e encerramento do Livro Diário e registrado junto à Junta Comercial do Estado da sede da empresa. Foi esta a documentação apresentada pela Recorrente.

Esta conclusão é ainda mais intensamente reforçada pelo fato de que o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAPAR só permite a exigência de "relação de compromissos assumidos" nas "contratações de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra", nos exatos termos do seu art. 92:

Art. 92 Nas contratações de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, o instrumento convocatório poderá exigir dos Licitantes os seguintes requisitos para demonstração da qualificação econômico-financeira:

[...]

Maringá

Av. Pedro Taques, 79,
Zona 1
Maringá, PR, Brasil
+55 44 3354 3884

São Paulo

Av. Paulista, 1.636,
Paulista Corp., 7º Andar
São Paulo, SP, Brasil
+55 11 2391 1797

Brasília

SBS Setor Bancário Sul,
Qd. 2, Bl. E, 8º Andar
Brasília, DF, Brasil
+55 61 3181 0245

IV – declaração do Licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que o somatório do valor mensal de todos os contratos que possui vigentes com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada na data prevista para a abertura da Licitação, não é superior ao seu patrimônio líquido, observados os seguintes requisitos:

- a) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- b) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o Licitante deverá apresentar justificativas.

Pois bem! Na medida em que a documentação para qualificação econômico-financeira só pode ser exigida nos literais termos da Lei – uma vez que o *caput* do art. 91 usa o vocábulo “limitar-se-á” –, é absolutamente ilegal a exigência de relação de compromissos e da demonstração de índices a ele relacionados na presente licitação, já que não se trata de contratação de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra!

Tal limitação, Excelência, é insuperável!

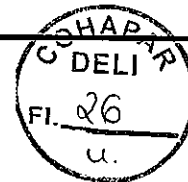
Portanto, evidentemente, agiu corretamente a Recorrente ao deixar de apresentar a relação de compromissos e a demonstração de índice a ela relacionado, já que tais requisitos não são exigíveis por Lei para a presente licitação. É de se observar, ainda, que tal disposição decorre do próprio edital, que expõe em seu item 4.6.e do Anexo II que o cálculo da DFL seria realizado “após etapa de negociação”, o que impede sobremaneira o seu cálculo antes da tal etapa.

Por fim, ainda que o cálculo de índices fosse exigível, é de se observar que o art. 56, § 2º, da Lei nº 13.303/2016, expressamente prevê que a Comissão de Licitação realize as diligências necessárias para a aferição de tais índices – que podem ser apurados mediante simples cálculo aritmético –, medida esta igualmente contemplada no

Maringá
Av. Pedro Taques, 79,
Zona 1
Maringá, PR, Brasil
+55 44 3354 3884

São Paulo
Av. Paulista, 1.636,
Paulista Corp., 7º Andar
São Paulo, SP, Brasil
+55 11 2391 1797

Brasília
SBS Setor Bancário Sul,
Qd. 2, Bl. E, 8º Andar
Brasília, DF, Brasil
+55 61 3181 0245



art. 45, parágrafo único, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAPAR!

Ou seja: além de todo o exposto acerca da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, observa-se que seja por absoluto impedimento legal, ou seja ainda pelo dever da Administração de promover diligências para o simples esclarecimento de cálculo aritmético, não há motivo plausível para que seja exigido da Recorrente a apresentação de relação de compromissos ou de cálculo da DFL.

Em conclusão, diante de todo o exposto, é medida de justiça a modificação da decisão adotada no presente caso, com a plena e imediata habilitação da Recorrente.

4 DO REQUERIMENTO

O julgamento da habilitação realizado no presente certame, em que a Recorrente foi inabilitada, é evidentemente contrário às disposições constitucionais, legais e regulamentares, em especial no concernente à seleção da proposta mais vantajosa, à ampla competitividade e à essencialidade dos requisitos de habilitação.

Tal como demonstrado, tais atos, por sua abusividade, desafiam a concessão judicial de mandado de segurança e, frente ao disposto nos arts. 10, inciso V, e 11, caput e inciso I, da Lei nº 8.429/1992, podem constituir improbidade administrativa, além de evidentemente, ser cabível a intervenção do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nos termos do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993. No entanto, acredita fielmente a Recorrente que o lapso na composição dos critérios e no julgamento da habilitação constitua simplesmente equívoco de boa-fé, o que se revelará claramente com o imediato provimento do presente recurso.

Maringá

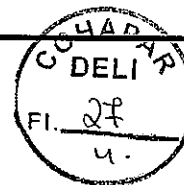
Av. Pedro Taques, 79,
Zona 1
Maringá, PR, Brasil
+55 44 3354 3884

São Paulo

Av. Paulista, 1.636,
Paulista Corp., 7º Andar
São Paulo, SP, Brasil
+55 11 2391 1797

Brasília

SBS Setor Bancário Sul,
Qd. 2, Bl. E, 8º Andar
Brasília, DF, Brasil
+55 61 3181 0245



Assim, diante de todo o exposto, pede a Recorrente que seja a decisão administrativa reformada, com a sua plena habilitação e adjudicação do objeto, como medida de justiça.

Maringá, 17 de fevereiro de 2020.

H3
EMPREENHIMENTOS
IMOBILIARIOS
LTDA:20516513000167

Assinado de forma digital por
H3 EMPREENHIMENTOS
IMOBILIARIOS
LTDA:20516513000167
Dados: 2020.02.18 14:34:31
-03'00'

H3 EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Maringá

Av. Pedro Taques, 79,
Zona 1
Maringá, PR, Brasil
+55 44 3354 3884

São Paulo

Av. Paulista, 1.636,
Paulista Corp., 7º Andar
São Paulo, SP, Brasil
+55 11 2391 1797

Brasília

SBS Setor Bancário Sul,
Qd. 2, Bl. E, 8º Andar
Brasília, DF, Brasil
+55 61 3181 0245